

“Marx na Universidade!” Esta palavra de ordem sinalizou as reivindicações do Movimento Estudantil, que agitou as universidades alemãs há mais do que cinco décadas, refletindo sobre a missão político-social da formação universitária. O fato de, naquele tempo, a indicação de uma aula sobre a teoria de Karl Marx ter sido sacrificada pela censura dos órgãos políticos da universidade tornou-se incompreensível em nossos dias.³ Pelo contrário, depois da preocupação intensa com a teoria marxiana nas décadas passadas, o interesse nela parece ter diminuído rapidamente. Acho que foram sobretudo duas razões que levaram a esse processo. Em primeiro lugar, a crítica da economia política foi aceita como teoria científica, tendo enfraquecido assim seu potencial crítico em relação ao desenvolvimento real das sociedades cunhadas pelo capitalismo tardio. Ela tornou-se apenas uma base entre outras na compreensão científica da realidade social.⁴ Além disso, a teoria, ela mesma, contém traços objetivistas ao apresentar a análise das estruturas materiais e econômicas, fazendo desaparecer o sujeito humano — fato este, que levou a teoria a aproximar-se aparentemente aos dogmas positivistas da moderna ciência. A teoria de Marx correria, por isso, o risco de mover-se na vizinhança do positivismo científico sacrificando seu impulso emancipatório. Como pôde essa perversão surgir na recepção dessa teoria? Por que esta teoria tão ambiciosa perdeu seu potencial político, deixando-se incluir no pluralismo das teorias científicas? Achando que a teoria de Marx em si mesma não foi inocente quanto a esse processo ou, ao menos, a esse risco, não quero dizer que tivesse refletido de modo insuficiente sobre a emancipação humana. Muito pelo contrário, provarei que a história de sua recepção, assim como a construção teórica da crítica da economia política dão razões significativas para obrigar seu autor a destematizar os sujeitos humanos e, por isso mesmo, chamar a atenção a esse sujeito desaparecido. Em dois passos, explicarei a seguir as razões fundamentadoras dessa tese à primeira vista paradoxal. Na primeira parte da argumentação examinarei o desenvolvimento da teoria de Marx, que se lê como processo de

¹ Artigo publicado originalmente na Revista *Filosofia política*. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 1984.

² Filósofo. Professor Emérito da Universidade de Kassel, Alemanha. Atuou como docente na UFRGS e na PUCRS.

³ Ainda em 1967, na universidade de Heidelberg/Alemanha, foram cancelados os cursos na sociologia, ciências políticas e filosofia, que se referiam no título à teoria marxiana.

⁴ Nas diferentes disciplinas surgiram interpretações “materialistas” em concorrência com as Tradicionais; p.e. “*Zur Begründung einer materialistischen Sozialisationstheorie*” (Para a fundamentação de uma teoria de socialização materialista), de Alfred Lorenzer, Frankfurt am Main 1972.

abandono do discurso sobre o sujeito humano, ao passo que na segunda localizarei o destino dos sujeitos e da perspectiva emancipatória, provocados pelas razões internas dessa teoria. Finalmente, incluirei alguns pontos característicos de uma subjetividade humana não dominada pela alienação vigente nas nossas sociedades capitalistas, extraindo assim uma perspectiva produtiva da argumentação anterior.

I

Em primeiro lugar, quero preocupar-me com o próprio desenvolvimento da teoria de Marx, que mostra uma tensão metodológica surpreendente na elaboração de sua crítica político-social. Logo no início do livro *O Capital* percebe-se um radicalismo metodológico, que pode ser exemplificado pela primeira frase: “A riqueza das sociedades dominadas pela forma capitalista de produção aparece como acumulação imensa de mercadorias, a mercadoria particular como sua forma elementar. Por isso, a nossa investigação começa com a análise da mercadoria.”⁵ Nesta primeira frase da versão mais elaborada da crítica do capital encontra-se uma referência importantíssima no que diz respeito à lógica da apresentação crítica do capital, quer dizer, das relações sociais deformadas pelo capital. Marx afirma aqui que a análise da constituição do capital tem de ser iniciada pelas suas manifestações aparentes. Só deste modo seria possível uma análise do ponto de vista do próprio capital como sujeito do suposto poder real abrangente. É por causa disso que o livro recebeu o título *O Capital*. A primeira surpresa que se nota aqui é o uso explícito do conceito “aparecer”, pois esse conceito remete a uma sua função lógica no segundo livro da *Ciência da Lógica*, de Hegel: representa, na verdade, o não-essencial, porém necessário na formação do pensamento objetivo. A análise do capital começa então com algo não-essencial, pois com o meramente aparente. Mais ainda: o não-essencial, representado na mercadoria enquanto forma elementar do capital, é considerado o mais simples. Tal início revela uma contradição: como é que se analisa o elementar, o mais simples? Não é o elementar um fato a ser tomado como imediato, portanto tal como é, impossível de ser submisso a uma sua análise? Se essa suspeita for confirmada, Marx terá começado sua análise com dois convites à primeira vista contraditórios: tomemos o não-essencial como ponto de partida, e analisemos o elementar. Seguindo esses convites, a análise do capital e sua constituição

⁵ Refiro-me à edição conhecida como M(arx)E(ngels)W(erke), vol. 23, Berlin 1968.

descobrirá o processo, no qual se esclarecerão as próprias contradições na constituição de seu pretense poder. Fazer uma análise do ponto de vista do capital é deparar com suas contradições ocultas por trás das relações sociais aparentes.

Como se vê, no programa formulado ao início d'*O Capital* impõe-se um problema metodológico. Se Marx tiver razão ao dizer que a análise do capital tem de penetrar tanto nas suas estruturas internas quanto na sua aparência, nenhum meio conceptual, exceto a conceituação do capital como conceituação econômica, poderá levar adiante a análise. Seria o modo de apresentação do capital que determinaria os conceitos capazes de expor a análise como crítica. Sinaliza-se aqui a expectativa que perpassa nosso tema: a apresentação crítica do capital deveria recorrer única e exclusivamente aos conceitos que reconstroem o capital como instância econômica pretensamente dominante. Essa exigência metodológica seria responsável pela exposição do sujeito humano única e exclusivamente no estágio de suas deformações econômicas — como mera força de trabalho. Formulando de modo paradoxal dizíamos: quanto mais estritamente a análise do capital tiver de fixar-se à conceituação econômica tanto mais teremos de chamar a atenção a e descobrir o que não se compreende mediante essa conceituação.

A partir de seu trabalho nos anos quarenta, Marx lutou por uma teoria capaz de realizar e de cumprir essa tarefa. Com essa minha tese, recuso aquelas interpretações que desligam a obra da primeira fase da última. Refiro-me, por exemplo, aos trabalhos de Althusser/Balibar, Artur Giannotti e Alfred Schmidt⁶. Ora, a exposição da crítica da economia política é caracterizada pela procura por uma teoria que consiga a unidade de apresentação e de crítica, ou seja, da crítica emergente de um determinado modo de apresentação. À procura do sujeito humano, a construção metódica da análise força-nos a atermo-nos aos fatos sociais destematizados, porque não identificáveis pelas determinações econômicas do capital. Ao mesmo tempo, este método de apresentação será capaz de indicar o poder dos sujeitos humanos de rebelarem-se contra sua repressão, por serem excluídos mesmo sendo a fonte essencial da qual o poder do capital se alimenta. Por não serem tematizados mediante a conceituação econômica, eles fogem do controle do capital podendo tornar-se possíveis elementos subversivos contra o capital. A expectativa revolucionária de Marx tem seu fundamento nessa descoberta.

⁶ Ver G. W. F. Hegel, *Ciência da Lógica* vol. II, 1ª secção, 1º capítulo, intitulado “A aparência”.

Não poderei explicar em pormenores a evolução da teoria crítica de Marx, mas indicando algumas estações no seu caminho darei uma ideia de minha interpretação deste aspecto metodologicamente ancorado. A partir da Dissertação (1840/41) sobre a *Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro em geral*, até 1846/47, isto é a época da elaboração da *Miséria da Filosofia*⁷, encontram-se uma linha principal nos argumentos usados por Marx. Ela questiona a capacidade da teoria filosófica de entender a realidade social; passa da Dissertação expressamente filosófica à *Miséria da Filosofia*, que desmente o conhecimento afirmativo da realidade social como algo dado. Levando adiante a crítica da filosofia contemporânea, isto é, antes de tudo, da filosofia hegeliana enquanto filosofia da totalidade, Marx deslocou seu interesse em direção à um segundo fio condutor, a saber, à análise da realidade social a partir do pretense domínio abrangente do capital. Sua tarefa foi a de questionar a validade objetiva dessa pretensão.

A intersecção das duas linhas principais dá conta do tema referido nos Manuscritos de Paris, sob o título *Manuscritos Econômico-Filosóficos*.⁸ Contêm estes o primeiro ensaio significativo de Marx de analisar a realidade econômica através da conceituação filosófica detectando as relações sociais por trás de sua qualificação econômica. Darei apenas três exemplos. No manuscrito sobre o rendimento, na passagem central, Marx diz: “É necessário que esta aparência seja revogada, que os bens de raiz, a base da propriedade, sejam observados no movimento da propriedade, do capital, subtraído de toda coloração política”.⁹ O manuscrito *O Trabalho Alienado* leva adiante a análise do processo de alienação econômica com os meios conceptuais da Fenomenologia de Hegel¹⁰; e no tratado *A Relação da Propriedade*, o título já indica a tensão entre o conceito lógico (a relação) e o fato econômico (a propriedade). Em todos estes ensaios temos a tentativa de esclarecer a realidade social e a economia capitalista mediante a conceituação filosófica. Há nelas, porém, um problema. As tentativas de reconstruir os fenômenos econômicos mediante a conceituação filosófica ainda não são bem-sucedidas, pois mostra-se difícil manter um uso unívoco dos conceitos centrais da análise. Por exemplo, nesses manuscritos o conceito de alienação ou o discurso sobre a coisificação das relações sociais são

⁷ Compare Althusseer/Balibar, *Lire le Capital*, Paris 1965; A. Giannotti, *As origens da dialética do trabalho*, São Paulo 1966; A. Schmidt, *Der Begriff der Natur in der Lehre von Karl Marx* (O conceito da natureza na doutrina de Karl Marx), Frankfurt 1971.

⁸ Este título indica perfeitamente o problema referido. Compare a anotação 99 dos editores da *MEW*, vol. supl. 1, Berlin 1968.

⁹ Idem, p. 507.

¹⁰ Idem, p. 510-522.

marcados pelo uso inconsistente da mesma palavra. O falar sobre a necessidade da “aquisição da vida humana como supressão positiva da alienação”¹¹, ou da “vida produtiva enquanto vida genérica”¹², ou da “atividade vital consciente, distinguindo o homem do animal”¹³ encobre mais do que esclarece, na medida em que Marx trabalha aqui com pressupostos ideais quanto às feições consideradas essenciais da existência humana. Em vista deste defeito, a distinção de um humanismo marxista — que, na literatura marxista, recorreu em primeira linha aos Manuscritos de Paris e se opôs à crítica considerada meramente econômica dos últimos trabalhos de Marx — parece-me apoiar-se num mal-entendido. Ao meu ver Marx teve apenas enormes dificuldades na elaboração de uma crítica imanente do capital; uma crítica que pudesse fundamentar-se no próprio modo de apresentação teórico. Os sujeitos humanos, apenas conjurados nos Manuscritos de Paris, não puderam ser tematizados como fatores fundantes, pois os meios conceptuais da economia não os abrangem como base social essencial do capital. Por isso, Marx viu-se obrigado a continuar sua busca por uma teoria construtiva que unificasse a forma de apresentação e a crítica de seu objeto. Como esta teoria só pôde ser apresentada destematizando o ser humano, Marx teve de aceitar esse fato e procurar uma argumentação que o legitimasse. Questionando: como é possível que os conceitos filosóficos não só reproduzam a superfície da realidade social, mas façam-na também compreensível com respeito a sua constituição essencial?

À procura de uma teoria que o ajudasse a resolver seu problema metodológico, Marx preocupou-se de novo e de modo intenso com a filosofia hegeliana. Não mais prisioneiro do pensamento dos jovens hegelianos, quis descobrir e manter na sua própria teoria o “caroço” racional desta filosofia hegeliana, encontrado sobretudo na Filosofia do Direito e na Ciência da Lógica. Sua situação mostra-se ambígua: por um lado, ele aceitou a crítica de Feuerbach a Hegel, na qual o primeiro argumentava contra a capacidade da filosofia idealista de compreender a realidade social, supondo que sua compreensão fosse dirigida pela lógica do conceito; por outro lado, porém, pensou contra Feuerbach que Hegel teria entendido a totalidade da sociedade burguesa de maneira metódica coerente. Essa ambiguidade levou Marx a defender a tese de que teríamos de rebelar-nos contra o domínio do conceito filosófico afirmativo, reclamado pela lógica hegeliana, pois teria sido a filosofia hegeliana que conseguiu

¹¹ Idem, p. 523-529.

¹² Idem, p. 522.

¹³ Idem, p. 516.

explicar a realidade burguesa devido exatamente a essa sua reconstrução abstrata. A rebelião contra o domínio do conceito — eis o raciocínio de Marx — incluiria assim a rebelião contra o estágio da sociedade burguesa-capitalista. Anunciou-se aí a solução do problema. Não sendo possível renunciar à teoria hegeliana enquanto meio de reconstrução da lógica vigente na sociedade burguesa, a necessidade de descobrir a sua essência material exigiu a investigação das condições que garantem a referência da teoria à realidade social. O último raciocínio foi o que mais atraiu Marx, sendo também o mais esclarecedor para nosso contexto: “O positivo realizado por Hegel — em sua lógica especulativa — é o fato de que os conceitos determinados, as formas gerais e rígidas do pensamento em sua autonomia contra a natureza e contra o espírito, são o resultado obrigatório da alienação geral do ser humano e, portanto, também do pensamento humano, e que Hegel os resumiu como momentos do processo da abstração.”¹⁴ Levando isso a sério, Marx precisou conhecer como a lógica hegeliana — neste caso, no direito burguês — fora construída. Meteu-se então no trabalho, encontrando na sua pesquisa informações metodológicas surpreendentes com respeito à apresentação crítica do *Capital*. Primeiro, percebeu que a lógica hegeliana formulou as condições teóricas a serem cumpridas para tornar possível o conhecimento da racionalidade imanente às relações sociais como um todo; segundo, a teoria de Hegel, de tipo construtivo no sentido cartesiano, gerou pressupostos imediatos para que fossem fundamentados como necessários na argumentação; e terceiro: os meios que levaram adiante a lógica do pensamento racional produziram, através de sua própria reconstrução, as categorias necessárias para a análise da lógica do conceito pressuposto. Devido a essas descobertas metodológicas, a teoria hegeliana tornou-se fundamental para o projeto da crítica. A capacidade mais atraente da teoria hegeliana para os fins da análise de Marx mostrou-se na reformulação do aparecer imediato da realidade mediante a lógica do conceito filosófico.

Entretanto, o recurso à lógica dialética de seu pai intelectual provocou um problema sério: poderia a lógica do conceito hegeliano apresentar o modelo para a crítica das relações capitalistas, sem correr o risco de reproduzir apenas o domínio do pensamento abstrato, isto é, sem esgotar-se na mera descrição da superfície da sociedade burguesa? A resposta a essa questão tornou-se a preocupação chave de Marx nas obras que seguiram os trabalhos da primeira fase. Podemos entendê-las enquanto reformulações da crítica pelo método de apresentação da essência do capital. É esse processo da reformulação da dialética hegeliana

¹⁴ *MEW* vol. supl. 1, p. 583.

que, além do aprofundamento do conhecimento sobre os fatos econômicos, importa quando perguntarmos pelo destino dos sujeitos humanos. Isso vale sobretudo em relação aos *Grundrisse* da crítica da economia política — de 1859 — e ao livro *O Capital*.

Constata-se nessa passagem teórico uma diferença fundamental entre ambos os ensaios – ainda que Marx não tivesse tido consciência explícita deste fato. Os *Grundrisse* conteriam, como Marx disse, “a crítica das categorias econômicas ou, *if you like*, o sistema da economia política apresentado criticamente. E ao mesmo tempo a apresentação do sistema é a crítica do sistema pela sua apresentação.”¹⁵ Essa pretensão teórica dos *Grundrisse* não se cumpriu devido à dificuldade de ultrapassar a hermética da lógica hegeliana. Pois Marx reconstruiu aqui a análise e a crítica do capital de modo análogo à lógica dialética de Hegel. Os *Grundrisse* apresentam-se enquanto teoria construtiva do ponto de vista lógico, produzindo por isso efeito surpreendente. Ora, é verdade que Marx já argumentou do ponto de vista estritamente econômico, mantendo o capital enquanto conceito dominador, cuja constituição deveria ser descoberta através de análise imanente. No entanto, ele não conseguiu explicar as relações econômicas como resultado da constituição histórica da sociedade capitalista. Os *Grundrisse* só explicam o capital segundo a lógica de seu conceito sem serem capazes de argumentar histórica e, portanto, criticamente. Por isso, o desaparecimento do sujeito humano não pôde ser entendido como história de sua deformação capitalista (a discussão entre o materialismo “histórico” e um materialismo “dialético” encontra aqui sua razão de ser). Diferentemente dos *Grundrisse* Marx conseguiu apresentar no livro *O Capital* as estruturas constitutivas do capital tanto em nível sistemático quanto histórico. Posso apenas indicar a tese de que o livro *O Capital* remete mais à dialética fenomenológica de Hegel; uma tese na qual se reflete a insuficiência da construção teórica dos *Grundrisse*. O importante para nós é o progresso metodológico entre os *Grundrisse* e *O Capital*; progresso esse ligado à mudança no uso da dialética. Os *Grundrisse* mostram o que é logicamente excluído pelo capital e sua constituição econômica; ao passo que *O Capital* revela o fato de que o reprimido, ou seja, o trabalho humano, também tem de ser localizado na constituição histórica do capital enquanto processo de redução à mera força de trabalho. Foi neste caminho que Marx chegou a uma teoria crítica do capitalismo unificando a forma de apresentação do capital com sua crítica e anunciando a ressurreição da força latente

¹⁵ Assim a caracterização de sua tarefa numa carta dirigida a Lassalle, do dia 22/02/1858.

do reprimido. A crítica que resultou do modo de apresentação consiste na tematização do não-tematizável. Como se pode entender esta fórmula?

II

Os sujeitos humanos não aparecem mais nas últimas reformulações da análise do capital, embora fosse confirmado seu papel essencial. Difícil pensar que Marx os tivesse esquecido. Então, em quais estruturas eles se ocultam como único motor de uma possível emancipação humana? A resposta nos deveria revelar o sentido do que se trata quando falarmos da dialética na concepção de Marx.

A crítica da economia política trata da constituição lógica e histórica do capital. Nessa afirmação expressam-se duas experiências: a prova da dependência real do capital em relação ao que o produz, ou seja, ao trabalho humano; e o fato contraditório, segundo o qual o capital quer impor-se como totalidade real e poder abrangente nas sociedades capitalistas. Ambas as experiências só poderão ser subsumidas sob a análise da constituição do capital, se os sujeitos humanos e o trabalho humano foram transformados e reduzidos às determinações econômicas; e se o capital conseguir exterminar, portanto, todos os traços da autonomia e da subjetividade humanas. Já mostrei que, por razões sistemáticas e pelo pressuposto metódico, a análise do capital teve de pressupor ou melhor: fingir o domínio do capital para reconstruir suas relações internas. Nessa ficção reformulam-se e apresentam-se as relações sociais apenas nas deformações sofridas sob a égide do capital, quer dizer, apresentadas mediante os conceitos da economia política. O olhar para a sociedade precisava tornar-se um olhar exclusivamente econômico. Em consequência disso, a análise transformou ou, o que é o mesmo, reprimiu - no tratamento do homem como força de trabalho - todos os momentos da subjetividade humana, pois eles escapam de sua articulação nessa categoria econômica. O excluído pela razão sistemática da análise é o reprimido na nossa sociedade.

Dissemos que a análise do capital se limita a colocar à prova seu poder e que neste percurso os momentos, as feições do ser humano, só são tematizáveis enquanto definidos em termos econômicos. Aí, é necessário voltarmos ao discurso do que se entende com “dialética”. Não faz sentido discutir aqui as várias explicações e definições desse termo. Parece-me muito mais importante dirigir a atenção à estrutura argumentativa e à força de compreensão, fundamentadas na reconstrução feita por Marx. Sua análise toma a sério a pretensão imperial

do capital. Neste procedimento, nem todos os momentos do capital e elementos essenciais que o produzem — antes de tudo o trabalho humano — deixam-se transformar em determinações econômicas; eles ficam de fora da análise. Ainda assim, a crítica da economia política quer pôr o sujeito humano no centro do interesse político, ou seja, numa expectativa emancipatória. No meu entender, a dialética de Marx consiste em apresentar a estrutura argumentativa inevitavelmente paradoxal, que, como já anunciei, tematiza o não-tematizável. Os interesses emancipatórios mantêm-se como que no subsolo, graças à incapacidade do capital em falar do ser humano no seu sentido pleno, não deformado pelas exigências econômicas. A análise do valor da mercadoria e do duplo caráter de trabalho nele encoberto provam este fato. A crítica de Marx insiste na valorização da subjetividade humana exatamente por mostrar que ela não tem lugar reconhecido na análise da sociedade capitalista. Eis a herança que Marx deveu à dialética hegeliana. Ela resulta em que a rebelião contra o domínio do conceito abstrato — do pretense domínio do capital — significa também a rebelião contra o abandono do ser humano na sua íntegra.

Apliquemos este resultado à própria história da teoria marxiana. Se falássemos de uma ruptura entre os trabalhos da primeira fase e aqueles da última, não veríamos as razões metodologicamente fundamentadas quanto à tematização ou não-tematização do sujeito humano. Na medida em que Marx percebeu a impossibilidade de falar do sujeito humano dentro das categorias do capital, conseguiu fundamentar sua crítica da sociedade por este dominada. Ora, se esse resultado for convincente, as pretensões humanas e emancipatórias poderão ser preservadas no lugar sistematicamente destematizado e, portanto, subversivo. Um paradoxo aparente ao qual a argumentação de Marx deu uma função decisiva para visualizarmos uma possível resistência à lógica capitalista.

III

Como já indicado ao início, proponho-me buscar os traços do sujeito humano sob as condições não alienantes, levando em consideração as razões de seu desaparecimento nas estruturas capitalistas. Antes disso, porém, tenho que assinalar um possível mal-entendido. Não podemos apelar a um ideal de sujeitos emancipados como negação direta das feições deformadas por e reduzidas às condições econômicas. Se fizéssemos isso, substituiríamos apenas uma totalidade — isto é o capital — pela outra, um ideal do sujeito humano como sua

negação direta. É necessário tomar os argumentos fundantes da teoria marxiana a sério, de modo que se evite recair nos erros por ela criticados. Não deveríamos reproduzir a mesma superficialidade da descrição totalitária que não dá espaço para a crítica. Não se trata da troca do capital como sujeito pela definição do sujeito humano como referência última. Temos de buscar o sujeito humano além de um pensamento totalitário, quer dizer, além de qualquer imagem de sociedade aprisionada num ideal fixo. A radicalidade da crítica feita por Marx propõe uma versão aberta, não apodítica.

Tomemos como ponto de partida a deformação do trabalho humano pela sua coisificação no trabalho assalariado, isto é como força de trabalho. A análise da mercadoria n' *O Capital* expõe o fato de que a reprodução capitalista leva a deformar e igualar o trabalho humano para a produção apenas material de mercadorias. Como inverter essa deformação com vistas ao ideal de um sujeito não-alienado? A resposta depende da percepção do trabalho assalariado como deformação específica que leva à redução dupla do ser humano. Na medida em que se vê submisso aos fins da produção material, a reprodução do homem como ser autônomo não é mais tema explícito. Além disso, o processo ao longo do qual o trabalho tem de esquecer a subjetividade do homem, transforma-o em mero objeto da reprodução material. Ao menos essas características — a redução à produção meramente material e a perda da autonomia do sujeito — sinalizam o caminho a ser escolhido para dar ao sujeito emancipado, mas por enquanto oculto, a chance de realizar-se. Não esgotar-se na produção material, nem subordinar-se às necessidades de uma racionalidade coisificadora — eis as condições do trabalho livre como reprodução autônoma do homem. O que Marx chamou “a produção livre do homem” inclui a utopia de sua reprodução autônoma tanto material quanto social e cultural em todos os níveis. Então, a auto-apropriação do homem na produção deveria abranger não somente o produto, senão também o modo da produção em um processo aberto. O significado do conceito “relações de produção” enquanto relações sociais deformadas, visa a necessidade de trocar a perspectiva: afinal, as relações de produção deveriam ser transformadas em “relações de apropriação”¹⁶ para recolocar o homem no seu lugar enquanto dono do processo de reprodução na sua íntegra. Quero mencionar dois exemplos quanto à dificuldade da auto-apropriação do homem através do trabalho. Primeiro exemplo: refiro-me às estruturas curriculares do sistema educativo, onde o domínio da racionalidade capitalista se expressa,

¹⁶ Eis a proposta de Andreas Wildt em: *Theorien des historischen Materialismus* (Teorias do materialismo histórico), organizado por Axel Honneth e Urs Jaeggi, Frankfurt, Alemanha, 1980.

antes de tudo, pelo objetivo de capacitar os educandos em termos profissionais. A disponibilidade do trabalhador, sua flexibilidade, sua capacidade de aprendizagem contínua em dependência das necessidades econômicas tornam conteúdo e sentido da formação cada vez menos importantes. É a funcionalidade em favor de fins alheios que prevalece, impossibilitando a realização das capacidades próprias do indivíduo. Sua submissão aos critérios econômicos desemboca no seu status de valor de troca. Segundo exemplo: a defesa da racionalidade instrumental nas ciências modernas, especialmente na sociologia e na medicina. Com essa preferência epistemológica caem fora as possíveis alternativas do entendimento de nossa realidade. Enquanto modo de apropriação da realidade, a racionalidade instrumental representa somente uma de múltiplas formas de conhecimento. Por quê não reconhecer a importância por exemplo de mitos ou inovações à primeira vista irracionais, que se rebelam contra a racionalidade repressiva no tratamento da natureza externa, mas também interna do homem?

Insinuada pela crítica de Marx, a rebelião contra o status quo da sociedade capitalista reage também – eis o segundo exemplo – aos modos de atuação das instituições públicas junto à população. Em nível econômico, a coisificação do ser humano é detectada, antes de tudo, pela análise do trabalho, feita por Marx. Mas a experiência da coisificação é também perceptível em nível social e científico como efeito da prevalência da racionalidade econômica. Olhemos, por exemplo, para grupos sociais marginalizados. Eles vêm-se denunciados pelas categorias sociais vigentes na medida em que não são portadores de funções necessárias para a reprodução material da sociedade. O que é considerado “normal” enquadra-se na lógica econômica, ao passo que o “anormal” cai fora. As instituições psiquiátricas, a cultura jovem de protesto, os idosos, ou os sem-teto são exemplos para tais formas de exclusão social devido a sua improdutividade material e capacidade de pensar em alternativas da sociabilidade vigente. Assim, Michel Foucault reconstruiu o processo histórico da exclusão e do esquecimento social de indivíduos psicologicamente doente. Quando considerarmos as condições, à base das quais as instituições percebem e categorizam tais indivíduos — e outros grupos marginalizados — fala-se, não raro e de modo desprezível, de subculturas. No entanto, exatamente por ficarem fora das normas da cultura dominante, esses grupos marginalizados criam e defendem valores sociais muitas vezes reprimidas pela “normalidade cultural” da sociedade capitalista. Trata-se de um potencial provocador, que se concretiza numa nova

sensibilidade social.¹⁷ O movimento ecológico, o feminismo, as comunidades agrárias e outros dão prova dessa oposição diversificada a uma cultura unidimensional que é alimentada pelo domínio da razão instrumental.

O fascinante da teoria marxiana com respeito a essas perspectivas é o ter revelado as condições e as formas de repressão do sujeito humano na sociedade capitalista por meio de uma argumentação “via negationis”. Contra o homem-objeto coisificado, e colocando em xeque a pretensão de domínio absoluto do capital, a análise de Marx visa acusar e corrigir a percepção restrita do ser humano por parte da lógica econômica, das instituições sociais e da ciência moderna. Independentemente do auto-entendimento explícito de nosso autor, tal perspectiva pode ser formulada como exortação. O convite é claro: devemos tornar-nos mais sensíveis às expressões e manifestações do sujeito humana fora de sua valorização exclusivamente econômica; quer dizer, aceitemos a variedade das formas de sua auto-apropriação.

Resumindo: a análise de Marx corroeu a pretensão totalitária do capital pagando o preço — como mostrado pela sua metodologia de apresentação “via negationis” — de não mais poder tematizar o sujeito humano na sua íntegra. Desta maneira, ela conseguiu explicar a dependência real do capital, revelando o trabalho humano como sua condição essencial. Deste modo, o suposto poder abrangente do capital mostrou-se lógica e essencialmente insustentável. Na sua reconstrução, Marx instrumentalizou o conceito de totalidade a fim de mostrar que o capital não satisfaz sua própria expectativa. Isso nos leva a refletir sobre a subjetividade humana que, tradicionalmente entendida na discussão filosófica como base autônoma de nossa compreensão, contém o potencial de colocar em xeque o capital como instância suprema da organização da sociedade liberal; ou seja, aquela pretensão, que deveria ser tomada apenas como auto-entendimento ideológico de nossa época.

¹⁷ Ver o debate em Rolf Schwendter, *Theorie der Subkultur* (Teoria da subcultura), Frankfurt 1977.